

# MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA COMO DISCURSO POLÍTICO A SERVIÇO DO CAPITAL: O CASO DO PROJETO JAÍBA-MG<sup>1</sup>

Auricharme Cardoso de Moura<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo verificar o processo de expropriação de terras públicas no extremo Norte do Estado de Minas Gerais para a expansão do capitalismo no campo tendo como foco o projeto Jaíba que é considerado atualmente como o maior perímetro irrigado da América Latina. Ao longo do artigo são tecidos comentários acerca das formas de coerções que constituíram a base para a expansão e modernização da fronteira agrícola norte-mineira bem como as contradições que marcaram este processo.

**Palavras-chave:** Estado; Modernização Agrícola; Trabalho; Trabalhadores; Projeto Jaíba.

## AGRICULTURAL MODERNIZATION AS POLITICS DISCUSSION RELATED TO CAPITAL: PROJETO JAÍBA INCIDENT

**Abstract:** This issue is aimed to check the process of expropriation of public areas in the extreme North of Minas Gerais to the capitalism extension in the countryside, focusing on Projeto Jaíba, which is considered nowadays, as the biggest irrigated perimeter of Latin America. Along this Article, comments are produced around the ways enforcements that the base of extension and modernization of the agricultural frontier in North of Minas Gerais were constituted, also how was the contradiction, that has defined this process.

**Keywords:** State; Agricultural modernization; work; workers; Projeto Jaíba.

### O projeto Jaíba no contexto da expansão da fronteira agrícola no Norte de Minas

A partir da segunda metade do século XX se verifica no Brasil uma política de modernização em vários setores da economia no objetivo de uma maior integração com o modelo de desenvolvimento internacional que estava em curso na Europa e Estados Unidos. Para tanto, o Estado nacional, através de vários órgãos, atua como sócio menor ou patrocinador da reprodução e acumulação do capital em várias regiões do país transformando o espaço, formas de trabalhar, produzir e viver das pessoas.

A ideia de modernizar o campo significou mudar a base técnica da produção, expansão do crédito rural (sobretudo após 1965 com a criação do Sistema Nacional de

---

<sup>1</sup> O artigo faz parte das discussões que foram desenvolvidas na dissertação de Mestrado em História na Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: auri.historia@hotmail.com.

Crédito Rural- SNCR), aumento da assistência técnica, número de máquinas, defensivos agrícolas, adubos e pesquisas atuando sempre no objetivo de integrar a agricultura aos demais setores da economia.

Principalmente no período militar (1964-1985), foram criados vários programas, projetos e metas para “levar o progresso agrícola” a várias regiões através de propagandas no sentido de alterar termos, práticas e valores como substituição da enxada pelo trator, roça por fazenda, homem do campo por empreendedor rural e agricultura de subsistência por agricultura de mercado. As consequências desse planejamento agrícola estatal não foram apenas o aumento da produção e produtividade agrícola, já que ela se fez de forma dolorosa e conservadora como indicado por pesquisadores da área.<sup>3</sup>

Foram seis os planos do governo<sup>4</sup>, entre 1963 e 1979, todos sendo norteados e coordenados pelo Estado. Destacaremos aqueles que estão intrinsecamente relacionados à expansão da fronteira agrícola e uso de novas tecnologias, visto que foram estes responsáveis pela transformação do Norte de Minas Gerais, culminando com a criação do projeto Jaíba. O Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (PRESIDÊNCIA: 1973, 89) visava promover

Um movimento renovador, de profundidade, no setor agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços, realizar a expansão de áreas, principalmente através de espaços vazios, no Norte e nos vales úmidos do Nordeste (...) transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais.

O Nordeste e o Norte de Minas fazem parte dos “vales úmidos” graças aos recursos hídricos disponibilizados pelo rio São Francisco que “banha” diversos municípios dessas regiões. O surgimento de projetos de irrigação surge nesse contexto de ocupação e exploração de regiões pouco desenvolvidas substituindo a produção de alimentos tradicionais como arroz, milho e mandioca por outros com alto valor agregado, principalmente de frutas, que são voltados para a comercialização com o mercado externo.

Nos planos do Governo Federal, a irrigação e a ocupação de “espaços vazios” passaram a ter função estratégica para o desenvolvimento de regiões com condições

---

<sup>3</sup> Para maiores informações consultar: (SILVA:1982).

<sup>4</sup> Plano Trienal (1963-65), Plano de Ação Econômica do Governo- PAEG (1964-66), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-73). I Plano Nacional de Desenvolvimento- I PND (1972-74), II Plano Nacional de Desenvolvimento- II PND (1975-79).

climáticas irregulares visando à geração de emprego e renda, diminuição das desigualdades entre regiões, fixação do homem no campo e aumento da produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que estas regiões seriam transformadas em fornecedoras de bens primários para o Brasil e o mundo desenvolvendo, ainda, o setor secundário e terciário através do beneficiamento, escoamento, negociação e venda da produção.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), divididos em I PND (1972-1974), II PND (1975-1979) e o III PND (1980-1985), tinha o objetivo de colocar o Brasil na rota do progresso através da expansão das atividades econômicas. Segundo Wenceslau Gonçalves Neto (1997: 133-134), especificamente no caso da agricultura, a estratégia agrícola deste plano era desenvolver a agricultura moderna e empresarial no centro-sul; aumentar a produtividade agrícola brasileira com fins de exportação; introdução de novas tecnologias como a irrigação; e modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos do campo.

A criação da Lei 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, teve a função de promover o aproveitamento racional de recursos de água e solo para a implantação e desenvolvimento da agricultura irrigada. Segundo Milton Santos e Maria Silveira (2008:56) “a superfície irrigada com 3.121.642 hectares em 1996 multiplicou-se cerca de sete vezes, desde 1960. A região Sudeste é proeminente, com 25,2% das terras regadas, presentes sobretudo em São Paulo e Minas Gerais”.

A região Norte de Minas começou a ser contemplada maciçamente com programas de desenvolvimento regional a partir de sua inserção na SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)<sup>5</sup> em 1963, devido a sua similaridade climática, social e econômica com a região Nordeste do Brasil.<sup>6</sup> A partir daquele momento o território norte-mineiro passou a ser conhecido como Região Mineira do Nordeste (RMNe) ou Área Mineira da SUDENE (AMS).

Estiagens prolongadas, alto índice de desemprego, analfabetismo, concentração de terras e de renda são problemas que assolam o Norte de Minas. Embora a classe dominante reproduza discursos ligados às secas e ao abandono como fatores responsáveis pelas mazelas sociais existentes, entendemos que a irregularidade climática apenas agrava o problema sendo seu produto e caráter determinante encontrados em elementos políticos

---

<sup>5</sup> Criada através da lei nacional nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a SUDENE representou um esforço do Governo Federal de agir no sentido de promover o desenvolvimento do Nordeste através de um duplo objetivo: coordenar as ações do governo e administrar os recursos transferidos para a região.

<sup>6</sup> O Norte de Minas faz parte do chamado polígono das secas determinado em 1936, não incluindo a referida região, isso só seria feito em 1948 pelo decreto 9.857.

e econômicos como a falta de políticas sociais para a região e a criação de condições para a reprodução do capital sem distribuição de renda.<sup>7</sup>

Capitalizando a agricultura e criando condições para urbanização e industrialização regional, as ações empreendidas pela SUDENE alteraram o perfil econômico, político, social, ambiental e demográfico do Norte de Minas. José Maria Cardoso (2000:232) destaca algumas dessas ações: incentivos fiscais e financeiros para entrada de indústrias (que se concentraram principalmente na cidade de Montes Claros), abertura ao capital nacional e internacional, abertura e pavimentação de estradas, irrigação, eletrificação, expansão do setor terciário, modernização do sistema de comunicação e maior contato com as metrópoles.

No caso da agricultura houve uma intervenção estatal através da assistência técnica, extensão e crédito rural, transformando uma atividade até então voltada para o consumo familiar e/ou venda no mercado local em produção empresarial de larga escala. Segundo Cardoso (2000:237), a política agrícola regional foi direcionada com o propósito de

Integrar a agricultura ao setor urbano via compra de insumos e venda de produtos; promover os aspectos empresariais dinâmicos e modernos; subordinar a política agrícola a uma política econômica mais ampla; implementar as ações com base em critérios seletivos.

Com vários projetos agropecuários, industriais e agroindustriais sendo implantados sob a coordenação da SUDENE, o Norte de Minas tem alterada de forma substancial sua estrutura e dinâmica no campo e na cidade. A criação de projetos de irrigação se insere neste contexto como uma possibilidade de alavancar o desenvolvimento da referida região, integrando-a a outras regiões do país, principalmente do centro-sul.

Importante destacar que a SUDENE atuou mais na questão de incrementos de projetos industriais na região Norte de Minas. Foi a CODEVASF<sup>8</sup> (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba), órgão federal ligado na época à SUDENE, que interveio de forma mais direta na zona rural norte-mineira.

---

<sup>7</sup> Para Laurindo Mékie Pereira (2007:219) as elites locais procuram encobrir a existência de classes sociais, dando ênfase na região através do “discurso de abandono, das secas, da distância da capital/do governo, do caráter nordestino e da falta de investimentos fiscais (e, portanto, a visão desses fatores como instrumentos adequados de desenvolvimento)”.

<sup>8</sup> Criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, a CODEVASF tem como objetivo aproveitar para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, os recursos de água e solo do vale do São Francisco, diretamente ou por intermédio de entidades públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento integrado e implantando distritos agroindustriais e agropecuários.

Após 1970 foram criados no Norte de Minas o projetos Jaíba (em Jaíba e Matias Cardoso), Gorutuba (em Janaúba e Nova Porteirinha), Pirapora (em Pirapora) e Lagoa Grande (em Nova Porteirinha) que juntos totalizam 46, 075 hectares. Esses projetos, com exceção do Pirapora, estão inseridos na região do Médio São Francisco, sendo as principais fontes hídricas o rio Gorutuba e o rio São Francisco.

Especificamente no caso do Jaíba, já existia na região uma prévia, embora insuficiente, estrutura física construída em 1950 como resultado da primeira tentativa de ocupação e exploração da área que na época era conhecida como “mata de Jaíba”. O Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC), que atualmente é o INCRA, tinha colocado em prática um projeto de assentamento rural para ocupação de “vazios demográficos” distribuindo lotes de 20 e 30 hectares para duzentas famílias visando a prática da agricultura mercantil.

Segundo Kleber Carvalho dos Santos (2013:79), a experiência não foi bem sucedida, tendo como fatores restritivos o clima local, a falta de assistência técnica e o isolamento da região em relação às regiões desenvolvidas. Contudo ficou presente uma infraestrutura instalada com núcleos de habitação e centros administrativos.

Em uma nova tentativa de ocupação da área, o governo mineiro cria em 1966 a Fundação Rural Mineira–RURALMINAS, para coordenar, promover e executar ações de irrigação e/ou reflorestamento na “mata de Jaíba” e em outras regiões do Estado. A implantação de um projeto de colonização do Jaíba foi realizada, como na ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia, através de desapropriações, violência e mortes de posseiros e/ou indígenas que outrora ocupavam a terra. Em nome da modernização agrícola, o governo de Minas, através da RURALMINAS, realiza um verdadeiro massacre e perseguição das famílias que residiam na região (os desapropriados constituíam um grupo heterogêneo formado por descendentes de pessoas que moravam naquele espaço desde 1950 quando foram atraídas pela propaganda estatal de terras devolutas férteis). Esse processo foi pesquisado pela Nilcéia Gomes Moraleida (1983: 48-49)

Quando a Ruralminas inicia sua intervenção no sentido de legitimar as terras devolutas da região, suas diretrizes básicas, que orientam o processo de concentração da propriedade da terra na área e sua transformação em propriedade capitalista, se deram a partir de várias expropriações, em alguns casos, através de indenizações irrisórias diante do preço da terra com benfeitorias, ou de sua valorização diante das mudanças na região. Alguns posseiros titulados foram indenizados, mas a maioria foi expulsa das terras com a queima das plantações, roubo das colheitas, uso de tratores para derrubar casas, intervenção da polícia, assassinatos, etc. Foram utilizados também processos destinados a inviabilizar a sobrevivência e a produção dos posseiros

## MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA COMO DISCURSO POLÍTICO A SERVIÇO DO CAPITAL: O CASO DO PROJETO JAÍBA-MG

como a queima da mata que lhes fornecia lenha ou avisos bancários da instituição legitimadora, não permitindo que os posseiros se beneficiassem de empréstimos bancários para a lavoura e a pecuária.

O discurso de “espaços vazios” ou “vazios econômicos” que justifica a expansão da fronteira agrícola não encontra base nas evidências históricas. Na verdade o que acontece é que a agricultura voltada para o consumo familiar e os modos de vida tradicionais dos posseiros e demais habitantes da “mata de Jaíba” eram tidos como incompatíveis com a lógica e racionalidade capitalista que se baseia em formas de produção dinâmica, tecnológica e competitiva voltada para o mercado.

O processo efetivo de irrigação no extremo norte de Minas apenas se desenvolve a partir da década de 1970 com os estudos do *Bureau of Reclamation* (órgão do Departamento do Interior dos Estados Unidos para gestão dos recursos hídricos). Segundo Antônio Maria Claret Maia (2007:74) “estes estudos abrangiam os 310.000 ha de terras de Jaíba, dos quais 230.000 hectares foram considerados aptos para agropecuária e destes, 100.000 hectares aptos para a exploração com irrigação”.

O projeto Jaíba foi concebido para ser implantado em quatro etapas, ocupando uma área total de 100.000 hectares, sendo 67.000 ha de área irrigada e o restante de preservação ambiental e infraestrutura não irrigável. Apenas a primeira etapa está concluída, ocupando uma área total de 41.611 ha, sendo 24.669 de área irrigável. Importante ressaltar que 70% dos lotes da etapa I são ocupados por pequenos agricultores em áreas de cinco hectares.

A etapa II atingirá uma área aproximada de 34.700 ha e estão previstos o assentamento de médios e grandes produtores. Já as etapas III e IV têm, respectivamente, 17.000 ha e 13.000 ha. A segunda fase encontra-se em estágio de ocupação, na III foram concluídos os estudos de viabilidade e a etapa IV encontra-se em fase de planejamento.

Esse empreendimento é abastecido pelo rio São Francisco, do qual ocorreu o desvio de água para abastecer os canais, distribuindo-a para lotes familiares e empresariais. Em decorrência da área destinada à plantação, bem como da infraestrutura instalada, o projeto Jaíba é considerado atualmente como o maior projeto de irrigação da América Latina e o segundo do mundo em área contínua irrigada.

O Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste e Norte de Minas Gerais (PLANOROESTE) foi uma ramificação, em nível regional, da política desenvolvimentista nacional proposta pelo PND. Entre os anos de 1971 a 1986, o PLANOROESTE procurou investir na colonização, criação de infraestrutura física e

assistência técnica no Norte de Minas através de recursos financeiros oriundos do governo mineiro, da União e do Banco Mundial. Dentre os objetivos e metas para o perímetro irrigado do Jaíba destacam-se:

- 1- Integração da área à economia do Estado de Minas Gerais e do país, com sua exploração racional e a máxima utilização de investimentos, através de projetos sob estímulo e orientação do poder público, aplicados em terras do domínio estatal;
- 2- Introdução da agricultura irrigada e da agroindústria, associando recursos do poder público e da iniciativa privada, com aproveitamento da infra-estrutura geral e de irrigação instituída a partir do PLANOROESTE;
- 3- Ampliação da fronteira agrícola, com a definição de culturas mais adequadas à região e sob novas e modernas formas de exploração, com vistas aos níveis mais elevados de produção e produtividade;
- 4- Implantação da indústria local, com o objetivo de incremento da renda através da absorção e da elevação do padrão de mão-de-obra disponível e consequente melhoria das condições sanitárias e sociais, como fator de retenção das populações locais;
- 5- Desenvolvimento de uma tecnologia adequada à região, capaz de motivar, pelo exemplo, a absorção de métodos pelos produtores do setor agropecuário regional;
- 6- Identificação dos recursos de água e solo e adoção de uma política de sua utilização racional, com mobilização de recursos financeiros e técnicos oficiais, para montagens das infra-estruturas e a participação do empresariado, em níveis de seus projetos;
- 7- Instituição de novo centro agropecuário, com vistas ao abastecimento dos mercados internos e externos; e
- 8- Acentuação do caráter econômico da colonização do PLANOROESTE, através de exploração agropecuária em sistema coletivo e da utilização de parte de sua produção e mão-de-obra por empresas particulares. (MAIA, 2007:72)

Termos como: integração de economias, ampliação da fronteira agrícola, implantação da indústria local, desenvolvimento tecnológico, utilização de parte de sua mão de obra para empresas particulares e centro agropecuário mostram qual a proposta que vigorava entre as autoridades no que se refere ao Jaíba. São notórias as intenções do Estado de Minas em transformar o perímetro irrigado em um grande complexo agroindustrial oferecendo subsídios para inserir a agricultura no circuito do capital, o que mostra o caráter contraditório da política de colonização agrícola.

Parte dos recursos destinados às obras de infraestrutura no projeto Jaíba foram adquiridos através de financiamento. O custo total da etapa I do Jaíba foi de US\$ 158 milhões, sendo US\$ 71 milhões (45%) contraídos através de empréstimo junto ao Banco Mundial em 1983, com uma contrapartida nacional na ordem de US\$ 87 milhões (55%). Em 1999, o governo de Minas faz um empréstimo de US\$ 110 milhões, desta fez junto

ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC), para a implantação da etapa II do projeto Jaíba.

Existe uma diferença entre colonização e reforma agrária<sup>9</sup>, sendo que o projeto Jaíba pertence ao primeiro caso no qual o governo militar procurou distribuir terras para empresários ou indivíduos com perfil empresarial nas regiões de fronteira agrícola sem destruir a estrutura fundiária existente. Ademais, criou-se nos municípios abrangidos pelo perímetro irrigado um exército agrícola de reserva a serviço do agronegócio constituído por pessoas que não tiveram acesso a terra e imigrantes que chegaram a procura de emprego.

Gilmar Ribeiro dos Santos (2003:44) salienta que no caso do projeto Jaíba o Banco Mundial fez duas exigências prévias para liberação do investimento: em primeiro lugar, exigiu que tivesse uma contrapartida nacional e, em seguida, que mudasse o caráter estratégico do Jaíba. Por determinação da política do Banco Mundial os futuros agricultores não seriam assentados de forma a trabalhar e produzir de forma autônoma e sem custos, uma vez que deveriam pagar pela utilização da água, da energia elétrica e também da infraestrutura através de taxas de amortização. De forma notória, percebe-se que a política de combate à pobreza do Banco Mundial estava vinculada à expansão do capitalismo nos países periféricos, servindo assim às normas e à política econômica dos Estados Unidos.

Em fins da década de 1980 e início de 1990, o Estado brasileiro, seguindo uma tendência mundial, gradativamente vai se afastando do direcionamento da questão econômica, deixando-a sob a responsabilidade da iniciativa privada. Esse modelo neoliberal chega ao projeto Jaíba através da criação, em 1988, do Distrito de Irrigação de Jaíba (DIJ). Sendo uma exigência do Banco Mundial sua criação, o DIJ foi uma maneira encontrada para que o Estado gradativamente se afastasse do direcionamento da agricultura irrigada local. Esse distrito é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, patrimônio e administração próprios que busca congrega os irrigantes do projeto (pequenos, médios e grandes produtores); Seu objetivo é administrar, operar, manter e conservar toda a infraestrutura de uso comum do perímetro de irrigação do Jaíba.

---

<sup>9</sup> Segundo Graziliano da Silva (1985:74) colonização se faz em terras não anteriormente ocupadas, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado. Já a reforma agrária é feita em terras que já tem dono, ou seja, em terras privadas, sejam elas particulares ou do governo, por isso a reforma agrária implica, basicamente, uma mudança de propriedade das terras para indivíduos que não são proprietários. Quer dizer: criam-se novos donos entre os “sem-terra” a partir de terras que já eram propriedade privada de alguém.



O DIJ teria um importante papel na seleção e transformação dos assentados em produtores rurais capitalizados. Sua criação foi uma forma encontrada pela agência financiadora internacional de representá-la junto aos trabalhadores rurais e agências estatais sendo sua presença e atuação no projeto Jaíba uma forma estratégica de buscar estabelecer as regras do Banco Mundial para o desenvolvimento da agricultura.

Dentro do capitalismo, o Estado age como agente de classe em função do capital e no projeto Jaíba não foi diferente ao garantir as condições necessárias para a expansão e modernização da agricultura voltada para satisfação do mercado. Os recursos naturais como a água e terra são disponibilizados, privatizados e mercantilizados a bel-prazer das grandes empresas rurais ali atuantes.<sup>10</sup>

O projeto Jaíba por ser considerado um projeto público, em razão de ter uma estrutura de irrigação planejada e executada pelo Estado, não desenvolve uma função social compatível com o estabelecido pela Política Nacional de Irrigação. Segundo o Art. 14 da Lei de Irrigação, a entrada de pequenas, médias e grandes empresas é permitida nos perímetros irrigados públicos desde que não ocupem, em conjunto, área superior a 20% do perímetro irrigado. Se levarmos em consideração que 30% da etapa I e que as demais etapas (II, III e IV) são\serão constituídas de médios e grandes empresários tem-se praticamente o inverso ao determinado pela Lei de Irrigação ficando com os agricultores familiares apenas 25% da área total do Jaíba. Forjando situações e criando brechas na legislação, o poder público praticamente faz a doação de terras às grandes empresas que ainda compram áreas de pequenos proprietários que não têm condições de produzir e comercializar a produção.

### **Trabalho e trabalhadores no projeto Jaíba**

Segundo os dados organizados por Anete Marília Pereira (2007:178), dentre os setenta e nove municípios da região norte mineira com a população da urbe inferior a vinte mil habitantes, Jaíba em termos percentuais aparece como o município com a maior taxa de crescimento populacional, obtendo um crescimento igual a 4,99% em um período de dez anos (1991 a 2000). Em 2010 o município de Jaíba possuía 33.000 moradores sendo que, deste total, 20.000 eram habitantes do projeto Jaíba.

---

<sup>10</sup> Várias empresas atuam no projeto Jaíba com destaque para a BRASNICA (frutas tropicais), SADA (Bioenergia) e a Pomar Brasil (industrialização de poupas de frutas).

No que se refere à origem da população que teve acesso a terra no perímetro irrigado, são apresentados os seguintes números por Kleber dos Santos (2013:120): 83,0% eram da região Norte de Minas Gerais, 5,0 % de outras regiões de Minas, 4,0 % da Bahia, 8,0 % de outros Estados. São homens e mulheres de diferentes trajetórias, saberes, expectativas, valores, tradições e crenças que tinham em comum dificuldades de sobrevivência nas suas respectivas cidades de origem e o desejo de possuir uma terra própria para morar e trabalhar.

Sendo a maioria trabalhadores rurais, em sua diversas modalidades (meeiro, posseiro, arrendatário, vaqueiros, carvoeiros, assalariados rurais), existe também no projeto Jaíba uma minoria de colonos que antes desenvolviam ocupações na cidade, exercendo a função de pedreiros, comerciantes, entre outras. A oportunidade de possuir uma terra irrigada no propalado perímetro de irrigação conduziu várias pessoas a um lugar incerto, para muitos, distante, mas com possibilidade de ter uma condição social melhor do que a outrora vivida.

São sujeitos que em sua maioria pertenciam a regiões semiáridas onde conviviam com longas estiagens que comprometiam a produção agrícola ou a possibilidade de encontrar emprego. As secas aparecem como fator natural responsável pela movimentação de muitas pessoas em busca de melhores condições de vida em lugares longínquos, sendo comuns relatos em que os sujeitos permaneciam a maior parte do ano longe da família, voltando a sua terra de origem apenas no período de chuva (que na região norte-mineira se concentra entre os meses de novembro e março) visando o plantio para o sustento da família.

Ao entrarem nos lotes agrícolas, na Etapa I, os trabalhadores adquiriram terra e irrigação, mas segundo um planejamento já preestabelecido no qual deveriam aceitar regras de procedimento e conduta, devendo abandonar certas experiências e referências culturais não compatíveis com a lógica de mercado, a exemplo da produção exclusiva para subsistência familiar.

Os critérios preestabelecidos para a seleção dos pequenos irrigantes estavam em conformidade com as normas do Banco Mundial que determinavam que seriam pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas com vocação para a agricultura mercantil, a saber: “tradição e conhecimento da prática agrícola, capacidade gerencial, capacidade associativa, contrapartida própria mínima de recursos e interesse de fixar residência na área do projeto”(CODEVASF, 1998:10).

No que diz respeito à demanda por lotes, a serem ocupados em 1997, um artigo do jornal Folha de Jaíba (1996:02), assinado por um dos responsáveis pela seleção dos novos colonos, o engenheiro agrônomo Vitor Salles Tiburcio, relata que

Dando continuidade aos trabalhos de recrutamento e seleção de novos irrigantes para o projeto Jaíba, etapa I, o Distrito de Irrigação de Jaíba juntamente com a CODEVASF e a RURALMINAS retomaram o processo de entrevistas com a finalidade de selecionar pequenos produtores para ocuparem lotes irrigados de 5 hectares no projeto. Terminando as entrevistas imediatamente faremos a seleção e posteriormente a convocação dos classificados para assumirem seus respectivos lotes agrícolas dentro de um processo de assentamentos que deverá ocorrer por etapas. Ao final dos trabalhos da comissão serão 13.000 entrevistas realizadas para um universo de 1.280 lotes irrigados (Grifo meu).

Durante o processo de inscrição para a distribuição de terras, houve grande número de interessados diante de pouca oferta (24.669,58 hectares), o que contribuiu para que versões ligadas à doação fossem disseminadas no sentido de atribuir glórias a um Estado tido como benévolo que estaria atuando em favor dos pobres e necessitados, garantindo a estes condições para que conseguissem uma promoção social através do acesso a terra irrigadas.

No entanto, vendo o número de áreas a serem disponibilizadas em relação ao número de pessoas que fizeram a inscrição, comprova-se que os trabalhadores rurais selecionados foram uma minoria correspondente a 9,8% dos inscritos. A não distribuição de terras para a maioria é uma forma encontrada para preservar a estrutura fundiária vigente no país, altamente concentradora e excludente, servindo aos interesses dos latifundiários, da parte do Congresso Nacional que compõe a bancada ruralista e de alguns setores conservadores da sociedade.<sup>11</sup>

Longe de ser fruto de doação, assistencialismo ou benevolência estatal é notório que os investimentos públicos na área da agricultura irrigada no Brasil foram realizados no sentido de proporcionar condições para o aprofundamento das relações capitalistas no campo, sendo que os agricultores familiares assentados seriam responsáveis pelo pagamento da infraestrutura (canais de irrigação, estações de bombeamento e estradas,

---

<sup>11</sup>Os dados do Censo Agropecuário de 2006 dão conta de que, no Brasil, mais da metade da população detém menos de 3% das terras, e 46 mil pessoas detêm quase metade das terras. Os latifundiários com terra acima de dois mil hectares, que são apenas 15 mil fazendeiros, detêm 98 milhões de hectares. Os estabelecimentos de mais de mil hectares, que correspondem a apenas 0,91% dos proprietários (menos de 50 mil), concentram mais de 43% da área agricultáveis (cerca de 146 milhões de hectares). As desigualdades se estendem aos números sobre ocupação da mão de obra no campo. A agricultura familiar, que detém cerca de 24% das terras, ocupa 75% dos trabalhadores do campo. O setor patronal, que detém quase 75% das terras, ocupa apenas 25% da mão de obra.

etc.), taxas de água e energia, ou seja, o Estado se apresentou como mediador de um processo no qual os colonos deveriam pagar pela posse, uso e permanência na terra.

O progresso econômico e produtivo do campo beneficia apenas a uma minoria da classe rural (os latifundiários), sendo que a maioria composta por trabalhadores rurais possuem dificuldades de viver e permanecer na terra com dignidade diante deste turbilhão de mudanças impostas pela racionalidade capitalista. No trabalho com agricultura irrigada, existe uma grande dependência, por parte do agricultor, de conhecimento técnico, recursos financeiros e tecnologia aumentando os custos de produção dentro de uma dinâmica na qual os grandes empresários se sobressaem por terem maior acesso ao crédito e extensão rural e a assistência técnica.

A irrigação, que poderia ser a solução\redenção do semiárido norte-mineiro, foi se transformando em fator de monetarização do trabalhador rural em uma dinâmica na qual o “agricultor” deveria se tornar “empresário rural”. Daí surge a ideia de “colono” usada pelas instituições representativas do projeto Jaíba (CODEVASF, DIJ, Ruralminas) para definirem os novos sujeitos selecionados que teriam acesso a uma área irrigada.

A noção de “colono” está ligada a modernas formas de capitalização do lote agrícola, nas quais deveria haver uma transição dos modos de trabalho e produção antes praticados para um modelo de produção irrigada em um contexto e dinâmica nos quais o próprio modo de viver do sujeito deveria ser alterado. O objetivo era transformar os sujeitos selecionados em empresários agrícolas em potencial. Os critérios de seleção indicam que seriam pessoas com noções de mercado as que teriam maiores chances de adquirir os lotes justamente por serem as que poderiam melhor se adaptar às exigências da agricultura irrigada e sobreviver a uma espécie de “seleção dos mais aptos” feitos segundo regras do mercado.

Nos perímetros irrigados coordenados pela CODEVASF os sujeitos que têm acesso a terra devem arcar com a tarifa de água (lei instituída pela Política Nacional de Irrigação) além de outras taxas em uma dinâmica na qual a agricultura deve ser baseada em modernas técnicas de trabalho, produção e comercialização. No que se referem exclusivamente as taxas de irrigação cobradas aos produtores rurais do projeto Jaíba, existem aquelas que são fixas e as variáveis, como destaca Luciene Rodrigues (1998:229)

Conforme a legislação, o custo da tarifa de água é composto por duas parcelas: (a) uma (K-1) correspondente à amortização dos investimentos públicos nas obras de infra-estrutura de uso comum, calculada anualmente, com base no valor atualizado, por projeto, em moeda local, por hectare de área irrigável do usuário; (b) outra (K-2) correspondente às despesas anuais de administração, operação,

conservação e manutenção das obras e equipamentos, calculada anualmente, por projeto, em moeda local, para cada mil metros cúbicos ou fração de água fornecida ao usuário. De acordo com a legislação, o seu valor deve ser estabelecido de modo a cobrir 100% dos custos de operação e manutenção ao longo do ano, e dos investimentos, em termos reais, ao longo de um período de 50 anos, sem cobrança de juros.

Os lotes agrícolas foram adquiridos a partir de um financiamento a ser pago a longo prazo com os trabalhadores subordinados a determinadas normas e obrigações. Nota-se que, além das taxas a serem pagas pelo uso da água e benfeitorias da terra, parte da renda dos pequenos agricultores deve gerar excedentes e divisas para o sustento da família (vestuário, alimentação, etc.) e para manutenção do lote (adubos, energia, defensivos agrícolas, entre outros).

Pesquisas de Rodrigues (1998:109) indicam que “um lote de 5 hectares é insuficiente para que a família consiga o excedente da produção sobre o consumo necessário à reprodução da força de trabalho (para cobrir as necessidades básicas necessita-se, no mínimo, de 10 hectares)”. A partir destes dados, que levam em consideração o número de filhos por casal, o custo de vida do lugar, capacidade produtiva do lote e margem de renda dentro das condições estabelecidas, a autora constatou a existência de dificuldades para a geração de divisas necessárias para que o agricultor-irrigante consiga arcar com todos os custos de produção e manter a subsistência da família.

A produção agrícola deve acontecer segundo um modelo tecnicista e mercadológico, cultivando alimentos de maior valor agregado. A intenção do Estado na construção de perímetros irrigados seria, primeiramente, a reafirmação do Brasil como exportador de bens primários e não o abastecimento do mercado nacional como bem destaca Luciene Rodrigues (1998:159)

O crescente incremento de área para a produção de frutas indica que está-se consolidando a intenção de formar um pólo de produtos para a economia internacional, em conformidade com o planejamento do Governo Federal. Institui, portanto, um traço distinto em relação à estrutura de produção agrícola da região Norte de Minas. Esta não é uma característica singular do projeto Jaíba, mas a todos os projetos de irrigação, sob a direção da CODEVASF, como o de Gorutuba e Pirapora na região e outros no Nordeste do Brasil.

A substituição de culturas tradicionais para outras mais dinâmicas e rentáveis é uma mudança induzida em todos os perímetros irrigados sob a coordenação da CODEVASF. A fruticultura se apresenta como um ramo comercial privilegiado nessa

conjuntura possuindo um retorno econômico que, em tese, seria capaz de compensar os gastos de produção e pagamento das taxas de irrigação. A transformação do projeto Jaíba em referência na fruticultura irrigada pode ser comprovado pelas estatísticas produtivas abaixo:

#### **A NOVA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO**

A crescente produção de frutas e grãos e o volume comercializado em grandes centros, como Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, indicam que os produtores estão obtendo bons resultados. Mais de 300 produtores de bananas ocupam área superior a 2.000 hectares, com produção de mais de 30 mil toneladas, nas variedades maçã, prata e nanica. Toda a produção chega aos mercados em caminhões com câmaras frias, mantendo a qualidade do produto. A produção de limão Tahiti, cultivado por 274 produtores, alcança 4.000 toneladas, em área plantada de 462 hectares. Já a manga Haden, cultivada por 110 produtores, numa área de 3.333 hectares, atinge uma produção superior a 570 toneladas. Na área do projeto, também são produzidos frutos como abacaxi pérola, açaí, acerola, coco anão, figo, lichia, mamão, manga, maracujá, pimenta do reino, tâmara, tangerina e uva, além de diversas variedades de abóbora, alface, alho, batata doce, beterraba, berinjela, brócolis, cebola, quiabo, repolho e tomate, tanto para uso caseiro quanto para a indústria.

As informações acima, coletadas no endereço eletrônico oficial da Ruralminas, comprova o potencial produtivo do projeto irrigado. O discurso de “A Nova Fronteira do Agronegócio” destaca qual era a função da agência estatal na colonização da fronteira agrícola norte-mineira, ou seja, desenvolver o capitalismo agrário na região sem destruir a grande propriedade privada de terras.

Enquanto a irrigação é vista pelos colonos como oportunidade de vida, trabalho e alimentação, o Estado, idealizador do projeto Jaíba, ao privatizar e comercializar a água e a terra contribui para a capitalização do homem do campo colocando em primeiro plano o campo no seu sentido econômico e produtivo.

O Projeto Jaíba traz em si questões globais e locais, num contínuo e dialético paradoxo que contrasta pobreza e riqueza num mesmo espaço, fator que nos faz pensar não somente sobre os tentáculos do sistema capitalista sobre essa região norte-mineira, como também sobre o que o Jaíba tem a oferecer para o desenvolvimento da localidade.

#### **Considerações finais**

O assentamento de pequenos produtores rurais na etapa I garante dois propósitos do Estado que no fim beneficiaram o agronegócio: primeiramente funciona como

justificativa social para proporcionar legitimidade ao investimento perante o Banco Mundial e, em segundo lugar, garante a criação de um exército agrícola de reserva à disposição das empresas, sendo composto pelos filhos dos pequenos produtores rurais e pelos imigrantes de outras regiões que se direcionam para o perímetro irrigado à procura de emprego.

Não se tinha um planejamento voltado para a fixação do homem no campo através da produção familiar, mas sim como assalariado agrícola à disposição do agronegócio. O investimento na agricultura irrigada foi uma maneira encontrada de transformar uma região pobre em grande produtora e fornecedora de alimentos para o mercado externo através do oferecimento de uma infraestrutura pronta à disposição das grandes empresas agrícolas.

Assistência técnica, crédito rural, estradas trafegáveis, saneamento básico, redes de comercialização, entre outros serviços, ainda são carências verificadas na maioria dos assentamentos rurais do Brasil, seja em modelos de colonização via CODEVASF ou em modelos de reforma agrária via INCRA. Apenas a distribuição de terras não garante cidadania aos assentados, e outras ações estatais são de importância crucial para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos.

Vender a força de trabalho, arrendamento de terras, inserção em programas governamentais de transferência de renda, incorporação de valores e práticas de empreendedorismo rural ou desenvolvimento de atividades não agrícolas no lote são formas encontradas pelos pequenos produtores rurais para a reprodução econômica da família, o que afasta o pressuposto de uso da terra para a agricultura familiar como idealizado pelo Estado.

Mesmo que a agricultura familiar tenha sido valorizada principalmente após 2003 com o programa anual de “Plano Safra” específico para este setor com montantes crescendo anualmente, a realidade de muitos trabalhadores rurais mostra que as ações devem ser expandidas. Para que isso possa ocorrer, é indispensável democratizar o debate acerca de como e onde serão investidas as verbas, construindo políticas públicas a partir de um processo contínuo e negociado socialmente.

## FONTES

### Relatórios:

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba. *Relatório dos Impactos Ambientais (RIMA)*, Outubro de 1998.

### Jornais

*Jornal Folha de Jaíba*. Ano V, nº 69, 2ª Quinzena de fevereiro de 1996.

### Sites

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=313505&search=minas-gerais|jaiba|infograficos:-evolucao-populacional-e-piramide-etaria>.

<http://www.ruralminas.mg.gov.br/jaiba>

### Bibliografia

CARDOSO, José Maria. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de, RODRIGUES, Luciene (Orgs). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

GOMES, Nilcéia Moraleida. *Estado, capital e colonização na fronteira agrícola mineira*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de mestrado), 1983.

MAIA, Antônio Maria Claret (org). *Uma realidade chamada Ruralminas*. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 133-134 (Coleção Estudos Históricos).

PEREIRA, Anete Marília. *Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais*. 351 Fls. Tese (Doutorado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia-UFU, 2007.

PEREIRA, Laurindo Mékie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasília. *Metas e Bases para a Ação do Governo*. 1970-1973.

RODRIGUES, Luciene. *Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba. Uma interpretação: 1970-1996*. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.



SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. *Da produção de subsistência à agricultura moderna: Socialização e preparação para o trabalho no Projeto Jaíba*. 226 Fls. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SANTOS, Kleber Carvalho dos. *Heterogeneidade nas estratégias de sustento: a experiência da intervenção planejada na Etapa I do projeto Jaíba, Minas Gerais*. 311 Fls. Tese (Doutorado em ciências econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Rio Grande do Sul, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Jose Graziliano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Data de recebimento: 28/08/2014

Data de aceite: 28/11/2014